



CARTA ABERTA

Senhor Ministro,

Em 4 de junho, p.p., realizou-se a última reunião com a presença de V.^a Ex.^a, na qual foi proposto às organizações sindicais a recuperação de 2 anos, 9 meses e 18 dias do tempo de serviço que esteve congelado em dois períodos distintos.

As organizações sindicais de professores consideraram inaceitável aquela proposta, pois não aceitam a recuperação de, apenas, uma parcela do tempo que esteve congelado, que totaliza 9 anos, 4 meses e 2 dias.

A posição dos sindicatos justifica-se por ser a única que repõe a justiça, recompondo a carreira, que honra o compromisso assinado em 18 de novembro, que respeita a Lei do Orçamento do Estado do ano em curso e a Assembleia da República, que aprovou a Resolução n.º 1/2018, de 2 de janeiro. As organizações sindicais estão disponíveis para negociar o prazo e o modo da recuperação, sendo essas as duas variáveis da recomposição da carreira que estão por negociar. São também essas as duas variáveis identificadas na já referida Lei do Orçamento do Estado.

Mas, por terem assumido a posição que se refere, as organizações sindicais foram informadas de que o governo retiraria a sua proposta, logo, inferiu-se que as negociações foram interrompidas, o que pareceu confirmar-se com o facto de não ter sido convocada qualquer nova reunião.

Afirmou, contudo, V.^a Ex.^a, publica e repetidamente, que estaria disponível para retomar a negociação, mas que seria necessário que os sindicatos também o pretendessem. Ora, as organizações sindicais de professores não abandonaram a mesa negocial nem se escusaram a participar em qualquer reunião, simplesmente, não voltaram a ser convocadas.

Assim, face ao que antes se afirma, as organizações sindicais de professores subscritoras desta Carta Aberta dirigida ao Senhor Ministro da Educação reafirmam a sua disponibilidade para retomarem,

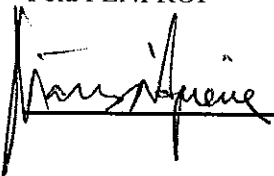
quanto antes, a negociação identificando diversos aspetos, desde logo, o prazo e o modo de recuperação dos 9 anos, 4 meses e 2 dias que estiveram congelados, mas, igualmente, aposentação, horários de trabalho ou combate à precariedade.

Entendem, pois, as organizações sindicais de professores e educadores que a negociação não pode manter-se adiada, devendo ser urgentemente retomada, com a apresentação de propostas concretas por parte do Ministério da Educação e a calendarização do processo negocial a desenvolver.


Lisboa, 2 de julho de 2018

As organizações sindicais de professores e educadores

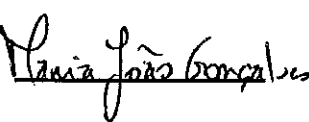
Pela FENPROF



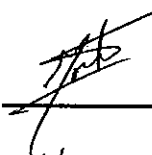
Pela FNE



Pela ASPL



Pelo SPLIU



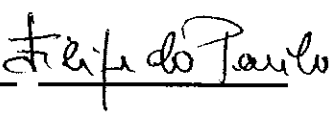
Pelo SIPPEB



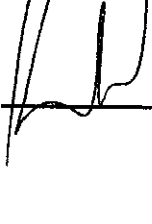
Pelo SEPLEU



Pela PRÓ-ORDEM



Pela FEPECI



Pela FENEI



Pelo SIPE

